

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social

Michelle dos Santos Medeiros¹

Resumo:

O presente Artigo traz a reflexão da atuação do profissional de Serviço Social que encontra-se inserido nos espaços de atendimentos a Crianças e Adolescentes que foram vítimas de Violência, dando destaque à Violência Sexual.

Palavras Chave: Violência Sexual, Intervenção, Crianças e Adolescentes, Capacitação.

Sexual Violence against Children and the qualified intervention of the Social Worker

Abstract:

This Article brings the reflection of the performance of the Social Service professional who is inserted in the spaces of assisted Children and Adolescents who were victims of violence, highlighting Sexual Violence.

Key words: Sexual Violence, Intervention, Children and Teens, Training.

¹ Assistente Social, graduada pela UNIPLI (Universidade Plínio Leite). Pós- Graduada pela PUC – Rio através do Curso de Especialização em Atendimento à Crianças e Adolescentes vítimas de Violência Doméstica em 2012. Atualmente trabalhando no NACA-SG (Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente vítimas Maus Tratos em São Gonçalo. E-mail: michellemedeiros.023@gmail.com

Introdução

A violência tem chamado a atenção da sociedade. Esse tema tem sido cada vez mais discutido e comentado em vários espaços democráticos e de controle social e o repúdio é evidenciado através de campanhas e redes sociais entre outros. O que se observa é a relevância com a temática da violência, seja ela contra animais, contra idosos, crianças, adolescentes, homoafetivos, negros, deficientes e mulheres.

Por sua amplitude e disseminação vem, (...) adquirindo gradativa visibilidade desde que passou a ser discutida e estudada por diferentes setores da sociedade brasileira, preocupados em compreendê-la, em identificar os fatores que a determinam, buscando encontrar soluções de enfrentamento que possam reduzi-la a níveis compatíveis com a ordem social estabelecida” (FERREIRA, 2002, p.19)

Por isto tal temática vem se tornando objeto de estudo em meio acadêmico, a citar o curso de Pós Graduação intitulado “Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica” na PUC-Rio. Este objeto tem ganhado repercussão nacional, onde se direcionam olhares mais sensíveis no que diz respeito aos direitos e garantias infanto-juvenis. A mobilização está diretamente relacionada ao combate, tratamento e prevenção dos agravos decorrentes desta violência.

Diante de toda problemática envolvendo a Violência e estando inserida num Programa que faz atendimento à crianças e adolescentes vítimas desta natureza, faz-se necessário refletir e problematizar sobre o papel do profissional que ocupa esses espaços de prevenção e combate.

Ao Assistente Social, de acordo com o seu Código de Ética, tem-se como um dos princípios fundamentais o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à essa população, buscando o aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.

Assim, este artigo cumpre denotar alguns impasses no atendimento a essas famílias, tomando como alusão toda a complexidade que o tema da violência traz para os profissionais.

A Violência e sua complexidade

Silva (2004) aponta que com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, vem ganhando destaque a questão da violência perpetrada contra eles,

Michelle dos Santos Medeiros

aprofundando-se nos conceitos e nas complexidades existentes, a fim de subsidiar e orientar políticas de enfrentamento para tal demanda.

O Ministério da Saúde (2002)² vai caracterizar alguns conceitos de violência (Física, Sexual, Psicológica, Negligência/Abandono, Trabalho Infantil, Tortura, Tráfico de Pessoas e Patrimonial). Acrescento também como forma de violência a Institucional, Moral e Estrutural. O trabalho em questão fará um recorte do amplo conceito de violência, se detendo apenas ao abuso sexual contra criança e adolescente a fim de tornar mais concentrada e qualificada a análise sobre a temática.

A violência possui como fator determinante a desigualdade de poder entre os indivíduos que a compõem. Para Faleiros (2004), nas situações de Violência Sexual envolvendo crianças e adolescentes, a relação de poder desigual é vista sob muitas perspectivas:

Há desigualdade de tamanho, de força física, psicológica e social, de idade, de autoridade, de geração, de recursos materiais e de argumentação, de experiência de vida, de status social. Trata-se também de um poder violento, pois além de violar os direitos à integridade física e psicológica viola o direito ao desenvolvimento pleno e sadio. (FALEIROS,2004:16)

Abuso Sexual

Entende-se por Abuso sexual todo e qualquer contato, ato ou jogo sexual, assim como uma relação heterossexual ou homossexual tendo como objetivo a satisfação sexual do adulto através da estimulação sexual da criança. O Livro *Abuso Sexual Doméstico* (2009) traz como definição para o Abuso Sexual:

Todo tipo de contato sexualizado, desde falas eróticas ou sensuais e exposição da criança a material pornográfico até o estupro seguido de morte. Dentro desse espectro incluem-se carícias íntimas, relações orais, anais, vaginais com penetração ou não, além do voyerismo e exibicionismo, entre outros. (2009:18)

Apontado por Gabel (1997), a expressão Abuso Sexual denota a noção de poderio, de abuso de poder ou de astúcia, de confiança, onde as noções de intenção e premeditação estão postas. Ela define a disfunção em três níveis:

- o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco);
- _ a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor);

² Pesquisado em

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31079&janela

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social
_ o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que todo indivíduo tem de propriedade sobre seu corpo.” (GABEL,1997:10)

O Abuso Sexual se apresenta como uma forma de maus-tratos a criança e o adolescente, trazendo para ela sofrimentos morais e psicológicos. Quando o Abuso é seguido de violência física, sequelas como hematomas, cortes, queimaduras ficam evidenciadas. Porém, quando não ocorre, a sequela afetiva, aquela não vista a olho nu, fica mais difícil de ser identificada. Assim, dentre vários tipos de maus-tratos, o abuso sexual seja, talvez, um dos mais difíceis de ser delimitado, pois estão pautados numa relação abusiva de autoridade que se detém sobre a criança (GABEL, 1997).

Assim, por conta de toda complexidade a respeito do Abuso Sexual e a caracterização como um problema social, o estudo sobre a temática tem se perpetuado, estimulando, cada vez mais profissionais que trabalham com a violência, a busca pelo conhecimento. Fahlberg (2001) afirma que:

O abuso sexual da criança surgiu recentemente como um grave problema social neste país. Apesar de haver bastante evidência histórica de que isto tem sido, em vários aspectos, uma característica de todas as gerações e de cada cultura, foi somente na última década que a atenção do público e dos acadêmicos se concentrou profundamente neste assunto. (FAHLBERG, 2001)

Percebe-se que o Abuso Sexual, assim como todas as outras formas de violência, podem estar relacionados a questões que atravessam a dinâmica familiar. Azevedo e Guerra (1993) usam como proposta o modelo multicausal, onde ressaltam que a violência recebe influência de questões que podem ser sociais, financeiras, entre outros, valendo ressaltar que nenhuma dessas questões justificam a violação do direito da criança e do adolescente consolidado na Constituição Federal de 1988 e no seu próprio Estatuto. Para tanto, é indispensável a análise da dinâmica familiar para se entender como o processo ocorre. Garcia (2002) traz como citação dos autores que:

A violência doméstica contra crianças e adolescentes decorre de vários fatores, que podem ser: psicológicos, socioeconômicos e culturais do pai, da mãe e do filho”. Esses fatores apresentam-se de forma dinâmica nas relações existentes entre os membros desse microsistema (a família), sofrendo grande influência do macrosistema (a sociedade), que pode, de acordo com a situação e o momento de cada indivíduo elevar a relevância de um fator sobre o outro. Situações de desemprego, mudanças de endereço, separações de casais ou a chegada de um novo parceiro podem ser fundamentais na dinâmica dessa família para o entendimento da instalação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes; portanto, nenhum fator pode ser desmerecido ou afastado de investigação” (GARCIA, 2002:147)

Michelle dos Santos Medeiros

Além da análise dessa dinâmica é importante considerar que o que afirma a Constituição Federal no seu artigo 227

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF, art. 227)

Assim como o artigo 4 do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se atribui a família, a comunidade, a sociedade em geral e ao poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação desses direitos, o que se encontra na maioria dos casos é a violação desses direitos por parte de seus pais e responsáveis. Essas violências geralmente ocorrem dentro das casas das próprias crianças e adolescentes por algum membro da família (pai, padrasto, avô, entre outros) ou por alguém conhecido como vizinho, onde a criança possui algum tipo de confiança e afinidade com este suposto abusador. De acordo com o Mapa da Violência de 2012, o maior número de abusos contra criança é perpetrado por uma figura masculina, ficando em primeiro lugar (28,5%) amigo ou conhecido, seguido de 17,9% desconhecido, 10,3% padrasto e 10,2% pai.

Por existir uma relação de confiança com esse suposto autor do abuso, a maioria dessas crianças e adolescentes ficam aprisionadas a esse ciclo da violência por medo, dúvida, além da culpa por acharem que por serem crianças, não terão sua versão considerada, consolidando assim a repetição dos abusos contra essas crianças e adolescentes.

O Abuso Sexual possui alguns desdobramentos no que tange ao tipo de ambiente onde ocorre a violência. Cabe ressaltar que a Violência Doméstica é qualquer ato de violência seja ela sexual, física ou psicológica a qualquer pessoa que habite na mesma casa como pais, filhos, cônjuges, companheiros ou namorados e ainda crianças, jovens e idosos ou que, não habitando na mesma casa que o agressor, seja cônjuge ou companheira ou ex-cônjuge ou ex-companheira, ou tenha uma relação de parentesco direta. Pode se configurar de duas maneiras: dentro do seio familiar, sendo denominado Violência Intrafamiliar ou Violência Doméstica ou Violência Extrafamiliar.

A Violência Doméstica ou Intrafamiliar, de acordo com Oliveira (2007) é

Um fenômeno que ocorre dentro da família, caracterizado por maus-tratos ou abuso (físico, psicológico, sexual e trabalho infantil doméstico); negligência; por simulação de

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social
doenças, em geral praticadas por mães, pais biológicos ou outros adultos de referências da criança ou do adolescente.” (OLIVEIRA, 2007:20)

Já a Violência Extrafamiliar é conceituada por Antoni et al (2011) como uma forma de violência contra crianças e adolescentes vitimadas por adultos sem laços parentais, podendo ser conhecido ou não da família. Alguns autores associam a violência extrafamiliar à exploração sexual comercial.

Para além do ambiente onde é perpetrada a suposta violência, é imprescindível analisar a dinâmica desse abuso. Vale ressaltar que ter a compreensão desse modelo é de extrema relevância para se entender como ocorre a violência e para identificar as questões, demandando assim, uma intervenção mais aprimorada e qualificada. Gabel (1997) ressalta que o Abuso Sexual é uma das violências que mais se ocultam, pois as crianças tem medo de falar a respeito e quando eles conseguem, a família tem medo de ouvir. Ela sugere que seja feita uma distinção do abuso perpetrado pelos adultos contra as crianças dos abusos perpetrados entre eles e também dos ambientes onde ocorrem a violência. E conhecendo o processo pelo qual se dá esse abuso torna-se amplo o campo de reflexão e atuação a respeito.

A dinâmica do Abuso Sexual (FAHLBERG e OLIVEIRA:2001) é composto por 5 fases: Envolvimento, Interação Sexual, Sigilo, Revelação e Supressão.

A fase do envolvimento é a fase onde o perpetrador inicia o contato mais próximo com a vítima, seja ela criança ou adolescente. Fahlberg (2001) sinaliza que na maioria dos casos, o suposto autor conhece bem ou tem fácil acesso a criança. Essa pessoa pode ocupar qualquer espaço onde a criança se faz presente. Quando não se encontra no âmbito familiar (violência doméstica), ele pode estar presente em outros espaços como a escola, creche, igreja, entre outros. O perpetrador sempre vai aguardar a oportunidade certa para se aproximar da criança e envolvê-la com o objetivo de futuramente conseguir uma interação reservada com ela.

O perpetrador pode envolver a criança de forma voluntária, iniciando algum comportamento sexual como se fosse uma brincadeira e pelo fato do adulto representar certa autoridade perante a criança, ela acaba sendo mobilizada a participar:

O poder e a autoridade dos adultos transmitem à criança que o comportamento proposto é aceito e aprovado. Geralmente o perpetrador conhece alguma coisa que agrada às crianças e sabe como fazer para que elas participem de alguma atividade. Talvez sejam oferecidas recompensas ou subornos. Quase sempre a oportunidade de participar de alguma atividade com um adulto conhecido e estimado é um incentivo suficiente para que a criança participe. (FAHLBERG,2001:38)

Ensinamos as crianças a desconfiarem de estranhos, mas, simultaneamente, a serem obedientes e afetuosas com todos os adultos que cuidam delas. A criança não provoca, não parece seduzir o adulto. É fato essencial: o indivíduo que comete o abuso, na maioria dos casos, é alguém conhecido que vai primeiramente estabelecer uma relação de confiança com a criança e certificar-se de que sua vítima não se queixará quando ele for mais longe: “Os adultos que procuram crianças pequenas como parceiros sexuais descobrem rapidamente algo que parece incrível a pessoas menos impulsivas, a saber, que as crianças não têm defesas, não se queixam nem resistem. (GABEL, 1997:55)

Após a fase da conquista que se dá através do envolvimento, segue-se para a fase de interação sexual. Seguindo a análise da autora (2001), nessa fase ocorre toda a iniciação do ato sexual de fato, seja por meio de estimulação dos órgãos genitais ou por penetração. O perpetrador se expõe, despindo-se e incentivando que a criança ou o adolescente faça o mesmo. Essa exposição ocorre de maneira sedutora, onde o suposto autor do abuso mostra seus órgãos sexuais com a finalidade de se estimular ou ser estimulado pela criança. No primeiro momento eles não se tocam, até que se iniciam as carícias. O suposto sempre agirá de forma gentil para não assustar a criança e o adolescente, mantendo assim essa dinâmica. Após a carícia, inicia-se o beijo, que pode ser apresentado de forma singela ou de forma íntima estimulando o ato sexual. Essa atitude para com a criança vai dando lugar a penetração, inicialmente na boca da criança ou adolescente, por considerar mais propício a penetração. Fahlberg (2001) afirma que “sexo oral”, ou seja, a penetração na boca da criança, ocorre com mais frequência. O perpetrador é persuasivo para fazer com que a suposta vítima interaja. Após usar o sexo oral como primeira forma de penetração, segue-se para a penetração vaginal ou anal. Geralmente ele começa introduzindo o dedo ou utilizando algum objeto para tal ato. O critério utilizado pelo autor é o tamanho da criança, a experiência sexual e o grau de coerção. Isso indicará se ele poderá avançar para a penetração do seu órgão sexual. Em outros casos ele não tenta a penetração, esfregando-se apenas na criança. Nesses casos acaba não tendo indícios físicos que comprove o abuso, valendo ressaltar que não se configura menos grave do que a penetração. Em todos os casos descritos, o perpetrador pode chegar à ejaculação ou não. Essa etapa da dinâmica do abuso sexual pode durar meses ou anos. A manutenção dessa interação sexual se perpetua, pois o sigilo, que é a próxima fase, é utilizado para manter essa relação.

A fase do sigilo é caracterizada pela conservação do abuso sexual pelo perpetrador e pelo segredo imposto à criança. O suposto autor não deseja que essa relação seja descoberta porque ele tem como objetivo a repetição do abuso. Se o abuso

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social não for descoberto ou revelado, o autor não poderá ser responsabilizado. Então, para que isso se repita sem a chance de responsabilização, ele utilizará meios para que a criança ou o adolescente não conte a ninguém. Esse “segredo” poderá ser alimentado por doces, brinquedos, dinheiro ou até mesmo favores, assim como por ameaças também. Fahlberg (2001) descreve como ocorre:

A criança geralmente guarda o segredo. Algumas nunca contam nada a ninguém. Outras guardam o segredo durante sua infância e somente revelam o comportamento sexual muitos anos mais tarde. Por quê ? Provavelmente as recompensas oferecidas foram concedidas. (FAHLBERG,2001:40)

Já Gabel (1997) ressalta que:

Os Abusos intrafamiliares acontecem em segredo. Imposto por violência, ameaças ou mesmo em uma relação sem palavras, o segredo tem por função manter uma coesão familiar e proteger a família do julgamento de seu meio social. A realidade das consequências de uma inculpação (prisão, perda do sustentáculo financeiro) fazem com que a revelação seja mais grave que o próprio abuso. As contra-attitudes do corpo médico-social seguirão, na maioria das vezes, no mesmo sentido de reforçar a culpa da criança e seu silêncio (GABEL,1997:59)

Geralmente as ameaças feitas às crianças e adolescentes não são dotadas de violência física (ibidem, 2001). Dependendo do tipo de relação que a criança tenha com o perpetrador, ele pode envolver outras pessoas, a si próprio ou até a criança numa ameaça psicológica, não utilizando a força física para alcançar o objetivo. Frases do tipo “se você contar a alguém, mamãe ficará triste”, “se você contar nosso segredinho, eu serei preso” ou “ se contar, eu matarei você” são muito comuns quando se tem a ameaça como fator preponderante na fase do sigilo. Diante dessas falas, a criança não contará a ninguém sobre o que está ocorrendo, levando a permanência desse abuso por anos e Oliveira (2012)³ ressalta que em muitos casos a dinâmica do abuso sexual fica estagnada nessa fase. Segundo Miller, citado por Amendola (2009):

(...) o adulto está autorizado a manter o segredo, a criança tem a obrigação de fazer isto. A criança pode temer repercussões diretas, tais como violência infligida à mãe, irmãos, animais de estimação, propriedade e, mais provavelmente, a si mesma. Ela pode convencer-se de que, se contar seu segredo, seu relacionamento primário com o indivíduo abusivo, aparentemente onipotente e frequentemente amado, pode ser ameaçado. (AMENDOLA, 2009:84)

Para que essa fase seja interrompida a fase do sigilo, é necessário que a revelação aconteça, seja ela acidental ou proposital.

³ Fala decorrente de explanação na Disciplina Abuso Sexual ministrada no Curso de Especialização em Atendimento À Criança e Adolescente vítimas de Violência Doméstica – Puc Rio no ano de 2012.

Michelle dos Santos Medeiros

A fase da Revelação acontece no momento em que o ciclo do abuso sexual é rompido. Ela pode ocorrer de duas maneiras: de forma acidental ou proposital.

O Abuso Sexual quando revelado acidentalmente significa que nenhum dos atores envolvidos na dinâmica decidiu contar, isto é, o segredo é descoberto por uma terceira pessoa (FAHLBERG,2001). Ela pode acontecer de algumas formas quando a terceira pessoa descobre e relata para alguém, quando a mesma percebe alguma mudança de comportamento relacionada a sexualidade, causando estranhamento, quando a criança ou adolescente contrai alguma doença transmitida sexualmente ou em caso de gravidez. Essas são algumas das características apresentadas, não sendo uma regra. Outras situações podem ocorrer, revelando de forma acidental o abuso perpetrado. Quando acidentalmente revelado, a crise se torna maior, pois nenhuma das pessoas está preparada para enfrentar as consequências dessa revelação, seja para o perpetrador como para a família.

Já na revelação proposital, a criança ou o adolescente vítima de abuso sexual decide contar para alguém o ocorrido. Essa decisão de contar está pautada em algumas situações: no caso da adolescência a pressão por parte do suposto, no caso dos genitores, a não permissão da filha se relacionar com outras pessoas. No caso das crianças, por querer compartilhar com alguém o fato “novo” ou até mesmo a “brincadeira”. Fahlberg (2001) aponta como determinantes:

Uma criancinha pode fazê-lo para compartilhar o segredo. A atividade foi tão excitante ou estimulante que ela simplesmente deve ser compartilhada com alguém. A criança mais velha geralmente conta o segredo por vários motivos. Geralmente ela está tentando fugir ou modificar alguma situação de pressão familiar. (...). À medida que a frustração aumenta, ela finalmente revela o segredo do seu relacionamento incestuoso. O objetivo da revelação pode não ser o intuito de terminar o incesto, e sim conseguir maior liberdade. (FAHLBERG, 2001:43)

Os sentimentos advindos da criança ou do adolescente que revela o abuso sexual podem ser diversos ou até mesmo contraditórios. Em alguns casos, sentem-se aliviados por compartilharem esse segredo e terem certeza de que esse abuso acabará. Outros, porém, se sentem culpados pela consequência que esse abuso trará: rompimento de alguns vínculos familiares, a descrença no ocorrido, fazendo com que a criança ou adolescentes seja segregada da família.

A revelação do Abuso Sexual para essa família cai como uma bomba em toda a dinâmica familiar. Geralmente o suposto autor nega o ocorrido gerando desconfiança na

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social fala da criança. Ele nega, pois não quer ser responsabilizado por tal ato, quer continuar a praticar o abuso e não quer perder o seu status perante a sociedade.

Face às circunstâncias que giram em torno da revelação do abuso sexual, seja proposital ou acidental, onde a voz da criança é suprimida e desconsiderada, segue-se para a última fase dessa dinâmica denominada supressão. Nesta fase, a criança sofre tanta pressão por parte da família ou até mesmo do perpetrador e não suportando a indiferença resolve retirar a acusação. Geralmente a vítima é taxada como motivadora da diluição da família, como a causadora do abuso. A violência sofrida por ela é substituída pela exposição da família ao fato e provavelmente a prisão do perpetrador. Fahlberg (2001) ressalta que essa fase pode se assemelhar a fase do sigilo, onde por pressão verbal ou não, a criança retrai o seu posicionamento.

A fase de supressão pode também ser caracterizada por várias tentativas de minar a credibilidade da criança, A criança pode ser descrita por outros membros da família como mentirosa, patológica ou mentalmente perturbada ou “louca” (...), esses comportamentos podem ser mencionados para confirmar a posição da família de que a alegação de abuso sexual, pela criança, não é verdadeira (FAHLBERG,2001:51)

Assim, conclui-se toda a dinâmica do abuso vivido pela criança. Infelizmente em muitos casos, essa dinâmica fica estagnada na fase do sigilo nunca sendo descoberta ou descobrindo-se anos depois, já na fase adulta. Com todas as questões pertinentes ao abuso é preciso que a equipe que irá atender essas crianças esteja preparada e capacitada para lidar com tal demanda.

Atuação Profissional

Diante de toda a dinâmica a respeito do Abuso Sexual cabe a nós, profissionais, a reflexão sobre as intervenções adotadas nesses casos. É de extrema relevância que a nossa atuação esteja pautada nas leis que dispõem sobre o direito da criança e adolescente, como a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e Adolescente e no caso do profissional de Serviço Social, que as ações estejam pautadas na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética.

Quando um determinado caso chega à instituição, é preciso ser feita a primeira escuta, que chamamos de triagem, para que se compreenda a busca daquele usuário pelo serviço. Esse é o momento pelo qual o usuário vai trazer a demanda que, em um primeiro momento, pode não ter relação com abuso sexual. É importante que o

Michelle dos Santos Medeiros

profissional acolha a família que está chegando. Em alguns casos não é fácil para a família estar em um espaço desconhecido diante de uma pessoa estranha para compartilhar uma situação por qual esteja passando. É preciso que o profissional consiga, diante de toda complexidade, acolher essa demanda. Souza (2013) ressalta que:

É fundamental que o técnico estabeleça uma escuta ativa e sensível, aquela que, no ato do acolhimento da demanda do usuário, provoque a reflexão crítica sobre a mesma, podendo vir a ser redimensionada, ou mesmo, levantadas outras. (SOUZA,2013)

Outro item de grande relevância a ser adotado quando se acolhe uma família que passa por uma suposta situação de violência, principalmente a de abuso sexual, é a questão do Sigilo Profissional, visando garantir a privacidade da família. Temos no Código de Ética do Assistente Social em seu capítulo 5, quatro artigos que dispõem sobre o sigilo profissional, cabendo ao profissional manter esse sigilo a fim de proteger o usuário em tudo aquilo que o Assistente Social tomar conhecimento.

A atuação profissional precisa estar pautada numa dimensão multidisciplinar, com uma atuação interdisciplinar, onde cada profissional trará sua contribuição com base na sua especificidade apreendida pela sua categoria profissional. Garcia (2002) conceitua esses dois modelos, ressaltando que o trabalho em equipe vem sendo elencado como o mais propício para o atendimento. Conceituam-se:

Modelo multidisciplinar, cujo principal traço é a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas, com o objetivo da integração de métodos, teorias ou conhecimentos. (...) a comunicação entre os profissionais baseia-se no dialogo paralelo entre as disciplinas (GARCIA,2002:148)

Modelo interdisciplinar caracteriza-se pela noção de co-propriedade, de intercâmbio, podendo-se atingir o grau de incorporação dos resultados de uma especialidade por outras, com empréstimos mútuos de instrumentos e técnicas metodológicas com integração real das disciplinas (GARCIA,2002:149)

Torna-se necessário, porém muito difícil, por não se conseguir conciliar as agendas dos profissionais, que ocorra um estudo de caso para que os técnicos (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, médicos, enfermeiros, entre outros) possam estar pensando conjuntamente os desdobramentos de cada caso, pois segundo Teixeira (2001), esse trabalho pressupõe:

O valor da multidisciplinariedade, conjugando, prioritariamente, ações de diferentes disciplinas (Serviço Social, Psicologia, Direito, etc.) em prol de uma visão mais completa da situação apresentada. A cooperação atrelada a uma finalidade comum configura um trabalho integrado onde se conta com a disponibilidade dos profissionais de se articularem. (TEIXEIRA, 2001).

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social

Em relação à intervenção do Assistente Social, é preciso que o profissional ao conversar com a pessoa que fez a denúncia verifique como ocorre toda a dinâmica da família, seus laços e atores que compõem a sua rede social. Pereira (2009) vai justificar a importância de uma avaliação social nos casos de abuso.

O objetivo desta avaliação é verificar a dinâmica social da família em questão, as redes de apoio de que dispõe, composição familiar, fatores que contribuem para o quadro de Abuso Sexual, enfim, toda a teia social da qual esta família faz parte e como isto interfere na manutenção da relação incestogênica e quais as possibilidades de mudança do quadro. (PEREIRA,2009:28)

Perceber como são as relações intrafamiliares. Muitas das vezes a dinâmica pela qual a família se organiza é violenta. Outras situações já revelaram o oposto, onde famílias mal se interagem. Quando a família se configura dessa forma, às vezes, a única interação que se tem com a criança é através da atividade sexual sendo a única forma de intimidade física carinhosa que a criança tem em casa (FAHLBERG:2001). Assim, a criança ficando confusa se aquilo que está acontecendo é uma violação ou uma forma de carinho, cuidado e atenção.

Torna-se fundamental analisar todo o contexto no caso de abuso sexual. O profissional precisa evitar a díade abusador-abusado, analisando somente as duas extremidades. É indispensável que o profissional que esteja atendendo o caso não direcione o olhar apenas para o sujeito que está a sua frente, ou seja, a suposta vítima do abuso, mas que olhe em torno dela. E para que isso ocorra, tem-se que entender o contexto no qual aquela violência se deu e perceber também a dinâmica familiar daquele usuário. Conforme Teixeira (2001) é preciso entender que a dinâmica da violência não atinge somente as pessoas diretamente envolvidas, mas aquelas que estão em torno delas e por isso também são afetadas pela situação. Assim, saímos da dicotomia autor da agressão – vítima, para uma posição mais ampla e dinâmica que privilegia todas as relações presentes dentro do sistema familiar.

Garcia (2002) elenca-se como fatores essenciais para a intervenção, acreditar na criança, oferecer proteção e oficializar a denúncia. A oficialização da denúncia, que ao nosso entender, está ligado ao preenchimento da Ficha de Notificação Compulsória de Maus-Tratos que visa alimentar os dados epidemiológicos, e a notificação ao Conselho Tutelar em caso de suspeita ou confirmação de violência, fato preconizado no art.13 do Estatuto da Criança e Adolescente, valendo ressaltar que a notificação ao Conselho Tutelar não se configura como atribuição privativa do Assistente Social. Sendo assim,

Michelle dos Santos Medeiros

todos os profissionais envolvidos com a categoria Criança e Adolescente podem fazer tal notificação. A denúncia representa:

A proteção da criança e do adolescente vitimados, pois sem esse instrumento eles, já alvo constante de maus-tratos, estão compelidos a receber agressões cada vez maiores dos pais ou responsáveis que aplica o espancamento, principalmente como método disciplinador. (GARCIA, 2002)

A instrumentalização da denúncia se dará através do Estudo Social, onde para Fávero (2004), citado por Miotto (2009), o estudo social tem por finalidade conhecer com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da Questão Social, objeto de intervenção profissional especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais, ou seja, são advindos de um processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada demanda.

Os profissionais que trabalham com a violência doméstica precisam ter um olhar diferenciado para o que atendimento se dê de forma ética. De acordo com Vidotti et al (2009) deverá ter como postulado básico:

Das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, prevendo em seu bojo ações que contemplem a defesa, o tratamento e a prevenção da violência sexual doméstica contra criança e o adolescente. (VIDOTTI et al, 2009)

Outro instrumento bastante utilizado na intervenção do Assistente Social no que tange ao atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência é a entrevista.

A entrevista possibilita que o profissional de Serviço Social tome consciência da relação entre os sujeitos e a realidade, facilitando assim a sua escuta e a sua intervenção. É preciso que o ambiente onde ocorrerá a entrevista seja um ambiente coletivo, com o objetivo de tornar o espaço próprio do usuário e não um espaço individualizante. Segundo Vasconcelos (1997),

Os espaços profissionais não podem ser desprezados, e não deixam de ser privilegiados, ainda que não suficientemente, na luta pela transformação dessas condições, desde que não se traduzam em espaços individualizantes, parciais, fragmentários, reparadores, corretivos, frente a problemas que dependem de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais. (VASCONCELOS, 1997)

Para além do espaço profissional, a postura também é fundamental. Se o Assistente Social se portar com uma postura autoritária, investigativa sobre o usuário, não o deixando falar, o usuário não se sentirá confortável para falar da violência sofrida, aliás, ele sofrerá outra violência por parte do profissional. A escuta qualificada é indispensável. Não basta somente que o profissional ouça. Ele precisa estar atento às

Violência Sexual contra crianças e adolescentes e a intervenção qualificada do Assistente Social particularidades, mesmo quando em um determinado momento o usuário nada falar. É preciso entender o silêncio no processo de atendimento.

Sendo assim, para que a intervenção profissional nos casos de abuso sexual tenha mais eficácia e efetividade, a ação precisa estar pautada no projeto ético-político da categoria, assim como estar referenciada no Código de Ética Profissional e no Código de Regulamentação da Profissão.

Capacitação

É notório que a questão da violência sexual é dotada de grande complexidade. Para isso é necessário que o profissional que trabalhe com essa temática esteja sempre buscando a capacitação para ampliar o seu entendimento a respeito. Vidotti et al (2000) consideram que, por se tratar de um tema polêmico e complexo, poucos profissionais sentem-se a vontade para debater tais questões e apresentam dificuldade para compor um trabalho em conjunto.

Os desafios que se apresentam estão, não só relacionados à complexidade da temática, mas também a multiplicidade de atores envolvidos. Segundo Rocha (2004) trata-se da formação de profissionais, em nível médio e superior, para intervenção qualificada em seguimentos diversos: prevenção, diagnóstico e tratamento.

Esta qualificação, conforme Gonçalves (2004) é importante para que possibilite ao profissional uma intervenção mais adequada face a situação que se apresenta. Para ela esse profissional precisa ter um instrumental teórico, mas, sobretudo, precisa estar apto a apreender o novo, que decorre de cada realidade.

Diversos profissionais que trabalham com a violência desconhecem todo o processo pelo qual a violência se instala e se perpetua. Essa falta de propriedade acadêmica no profissional acaba por refletir no seu atendimento com o usuário. Ele não consegue ter a percepção de algumas situações específicas e por isso não as considera como relevante para tal caso.

A apropriação da literatura a respeito do abuso sexual também se torna necessário. Entender a dinâmica da violência, a intervenção adequada torna o trabalho mais qualificado. Segundo alguns atores, a produção a respeito da violência no Brasil ainda é tímida. Os autores tem focado em estudos no perfil da vítima, do agressor, reações e dificuldades de um e de outros, restringindo-se a estudos epidemiológicos.

Michelle dos Santos Medeiros

Os profissionais possuem como referência a literatura para ter como base para entender a demanda. Contudo, o profissional não pode ficar restrito às orientações dos textos, como se não fosse possível a realidade se modificar a cada momento. Atuamos com as relações sociais, que nunca são estáticas, estando sempre em constante construção.

Encontrar a distância adequada entre a literatura e os casos singulares, estar preparado para encontrar surpresas, tropeçar em novidades e encontrar crianças e responsáveis que contradizem o material apresentado em livros, parece-me serem fatores essenciais da qualificação dos profissionais e do exercício das funções de capacitação e de supervisão de atendimento. (GONÇALVES, 2004:54)

Face à todas as questões abordadas, é significativo que o profissional que trabalhe com a violência, em especial o abuso sexual, tenha como postura a busca pelo conhecimento, pela qualificação, pelo entendimento, de como funciona toda a rede seja ela da temática, da família como a da rede de serviços o qual subsidiarão as intervenções adotadas. Precisam ter claro que a literatura auxilia todo o processo de atuação, mas que a rotina do trabalho trará uma gama de novidades que ainda não foram exploradas em textos, estimulando o profissional a sistematizar as suas ações para acrescentar estudos a literatura correspondente ao abuso sexual.

Referências Bibliográficas:

CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância (org). **Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. – 3º.ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2009.

AMENDOLA, M.F. Violência Sexual contra criança. In: AMENDOLA, M. F (org). **Criança no labirinto das acusações: falsas alegações de abuso sexual**, Curitiba: Juruá, 2009. P. 27-122

ANTONI, C.D at all. Abuso Sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. In: **Estudo psicológico** vol 28 nº1, campinas: Jan/Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000100010&script=sci_arttext acessado em junho de 2013.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizado até a CE.64/2010 – 12ª edição.

_____, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Resolução CFESS nº 273/93 de 13/03/93. Brasília: CRESS.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Atualizado. Editora 2005. Niterói, FIA.

_____. **Ministério da Saúde**. Disponível site: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31079&janela. Acessado em: junho de 2013.

FAHLBERG, V. (org). **Textos Básicos**, apostila da Disciplina “Capacitação para Entrevista de Revelação no Caso de Abuso Sexual”, Depto. de Serviço Social / PUC-Rio, 2001 (mimeo).

FALEIROS, E.T.S. Aspectos Relevantes na Definição de Abuso Sexual. In: OLIVEIRA, A.C (org). **Abuso Sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. 2.ed.Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. P. 13-19

GABEL, M. Algumas observações preliminares. In: GABEL, M. (org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. 2. Ed. São Paulo: Summus, 1997.

GARCIA, M.R.C. Teorias e técnicas do atendimento social em casos de violência intrafamiliar na infância e na adolescência. In: FERRARI, D.C; VECINA, T. **O fim do silêncio na violência familiar**. Teoria e Prática. São Paulo, editora Agora, 2002. p.145-152.

GONÇALVES, H.S. Supervisão de Profissionais em Abuso Sexual. In: OLIVEIRA, A.C (org). **Abuso Sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. 2.ed.Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. p. 49-56

MIOTO, R.C.T. Estudos Socioeconômicos. In: CFESS e ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009 , p. 481-496

OLIVEIRA, A.C. Atuação em Redes em casos de violência contra crianças e adolescentes: desafios no reordenamento institucional. In: OLIVEIRA, A.C e FERNANDES, N.C.B.B (org). **Violências contra crianças e Adolescentes: redes de proteção e responsabilização**, Vol. 2, Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2007. P.53-71

PEREIRA, L.M. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta multidisciplinar de atendimento. In: **Abuso Sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização ao agressor/** Organização CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na infância. 3.ed.São Paulo: Cortez: Brasília, DF:UNICEF, 2009. p.15-39.

ROCHA, R. Promovendo Intervenções Qualificadas: desafios na formação profissional. In: OLIVEIRA, A.C (org). **Abuso Sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional**. 2.ed.Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. p. 45-48

SILVA, S. Desafios na definição e no Diagnóstico do Abuso Sexual contra crianças e adolescentes. In: OLIVEIRA, A.C (org). **Abuso Sexual de crianças e adolescentes:**

Michelle dos Santos Medeiros

desafios na qualificação profissional. 2.ed.Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2004. P. 11-12.

SOUZA, M.C. **Movimento de Mulheres em São Gonçalo: Capacitação das Equipes**, São Gonçalo: 2013.

TEIXEIRA, S.B.S. Reflexões sobre famílias em situação de violência: é possível ajudá-las ? In: **O Social em questão**. Revista do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, nº6, Ano V, Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social – Puc- Rio, 2001.

VASCONCELOS, A.M. Serviço Social e Prática Reflexiva. **Em Pauta**. RJ, UERJ-FSS n 10, p. 131-182, 1997.

VIDOTTI, F.B. et al. O Serviço Social, a família e a parceria com a rede. In: **Abuso Sexual Doméstico: atendimento Às vítimas e responsabilização ao agressor/** Organização CRAMI – Centro Regional aos Maus-Tratos na infância. 3.ed.São Paulo: Cortez: Brasília, DF:UNICEF, 2009. P43-53.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2012** – crianças e adolescentes do Brasil, RJ: 2012.